

Remanescentes populacionais nas ilhas do rio Paraná: aspectos sociais e econômicos

Claudinéia Almeida da Silva* e Luzia Marta Bellini

Núcleo de Pesquisas em Limnologia Ictiologia e Aqüicultura, Universidade Estadual de Maringá, Avenida Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: claudineiaalmeida@yahoo.com.br

RESUMO. A moderna acepção de ecologia compreende o ser humano e a sociedade como parte da natureza. No Brasil, esta concepção está longe da realidade, sobretudo quanto às populações tradicionais que são expulsas de seus ambientes naturais, para favorecer o poder político de grupos econômicos hegemônicos. Muitas vezes, esta exclusão é justificada pela idéia de preservação do ambiente natural. Neste contexto, estudamos as relações de uma população de ilhéus residentes próximos ao rio Paraná, habitantes de uma Área de Proteção Ambiental (APA). Utilizamos questionários abertos para obter informações quanto a aspectos sociais e econômicos do grupo remanescente em cinco ilhas do rio Paraná, próximas das cidades de Porto Rico, Querência do Norte e São Pedro do Paraná. Resultados obtidos em 2005 demonstraram que as estratégias de sobrevivência dos ilhéus estão voltadas a agricultura de subsistência e pesca. Entretanto, na Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do rio Paraná (APAIV), estes dois modos de sobrevivência local estão sendo inviabilizados pela fiscalização dos órgãos responsáveis pela execução da política ambiental brasileira. A baixa renda obtida pelos ilhéus em suas atividades, aliada as inúmeras restrições do uso da terra, contribui para a dizimação de sua cultura.

Palavras-chave: população tradicional, unidade de conservação, rio Paraná, Brasil.

ABSTRACT. Population remnants in the islands of the Paraná river: social and economic aspects. The modern ecology meaning understands the people and the society as part of the nature. In Brazil, that conception is still far away from our reality. Traditional populations are expelled of their habitat, to favor the political power of the groups economical. Usually, that exclusion is justified by the idea of preservation of the habitat and reduction of environmental impacts. We studied the relationships of a population of close resident islanders to the Paraná river, inhabitants of a Protected Area (APA). We utilized questionnaires to obtain information as for the social and economical aspects of the remaining group. Five islands of Paraná river close of the cities of Porto Rico, Querência do Norte and São Pedro do Paraná were visited. The results obtained in 2005 demonstrated that the survival strategies of the islanders are subsistence agriculture and the fishing. However, in APA das Ilhas e Várzeas do rio Paraná, those two manners of local survival are being made unfeasible by the fiscalization of the responsible organs by the execution of the Brazilian environmental politics. The low income obtained in their activities allied to the countless restrictions of the use of the earth contributes for the decimation of his culture.

Key words: traditional population, protected area, Paraná river, Brazil.

Introdução

A despeito de Ernest Haeckel ter cunhado o termo ecologia, em 1869, para designar a ciência das inter-relações entre organismos vivos e seu ambiente, o homem, muitas vezes, não foi considerado parte das relações naturais. Até a década de 1990, o homem contemporâneo era visto pelos ecólogos como agente perturbador da natureza. Contudo, a moderna acepção de ecologia insere ser humano e sociedade dentro da natureza, reconhecendo a intrincada teia de relações existente em nosso planeta (Odum, 2004).

No Brasil, embora existam intelectuais que consideram homem e natureza como partes integrantes da dimensão socioambiental, populações humanas ainda são expulsas de seus ambientes naturais. A dizimação de populações tradicionais indígenas que viveram às margens do rio Paraná até o século XX e a recente exclusão de ilhéus residentes próximos ao rio Paraná, no Estado do Paraná, são exemplos desta conduta.

Este trabalho tem por objetivo retratar a questão social e econômica em que se encontram ilhéus remanescentes. Intensos impactos sociais sofridos

por esta população, nos últimos anos, têm contribuído para sua degradação cultural. Neste sentido, esta pesquisa contribui para mostrar a precária situação de vida deste grupo social e apresenta algumas sugestões para que seus problemas sejam minimizados.

Metodologia

A Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do rio Paraná (APAIV) abrange uma área de 1.007.615,00 ha, localizada a 22°20'S e 53°17'50"W, no município de Bataiporã, Estado do Mato Grosso do Sul, e 24°03'S e 54°10'W, na cabeceira do reservatório de Itaipu, em Guaíra, Estado do Paraná. Em toda a sua extensão, envolve o grande arquipélago do rio Paraná. Este estudo foi realizado nas ilhas Mutum, Japonesa, Carioca, Chapéu Velho e Bandeira, localizadas nos municípios paranaenses de Porto Rico, Querência do Norte e São Pedro do Paraná (Figura 1).

Para obtenção de dados sobre condições de vida das populações das cinco ilhas, utilizamos questionário aberto como instrumento científico junto a ilhéus. As informações obtidas foram:

ocupação profissional, grau de escolaridade, tempo de residência na ilha, origem geográfica, renda familiar mensal, condições de saneamento e moradia. Entrevistamos 24 ilhéus no período de fevereiro a abril de 2005.

Resultados e discussão

Censos demográficos dos anos de 1970, realizados nos municípios próximos ao rio Paraná, demonstraram um esvaziamento populacional, principalmente, pela queda das atividades agrícolas na região. Com isso, as populações mais pobres, impossibilitadas de migrar para territórios distantes, optaram por buscar refúgio em ilhas do rio Paraná (Rosa, 1997). A partir da década de 1970, portanto, intensificou-se a ocupação das ilhas devido à retração do mercado de trabalho no continente.

Os ilhéus, como população tradicional, praticavam a cultura de subsistência, isto é, cultivavam milho, arroz, feijão, mandioca e banana, para sustento dos membros de sua família, sem fins lucrativos. Outros desenvolveram a prática da pesca artesanal como meio de sobrevivência.

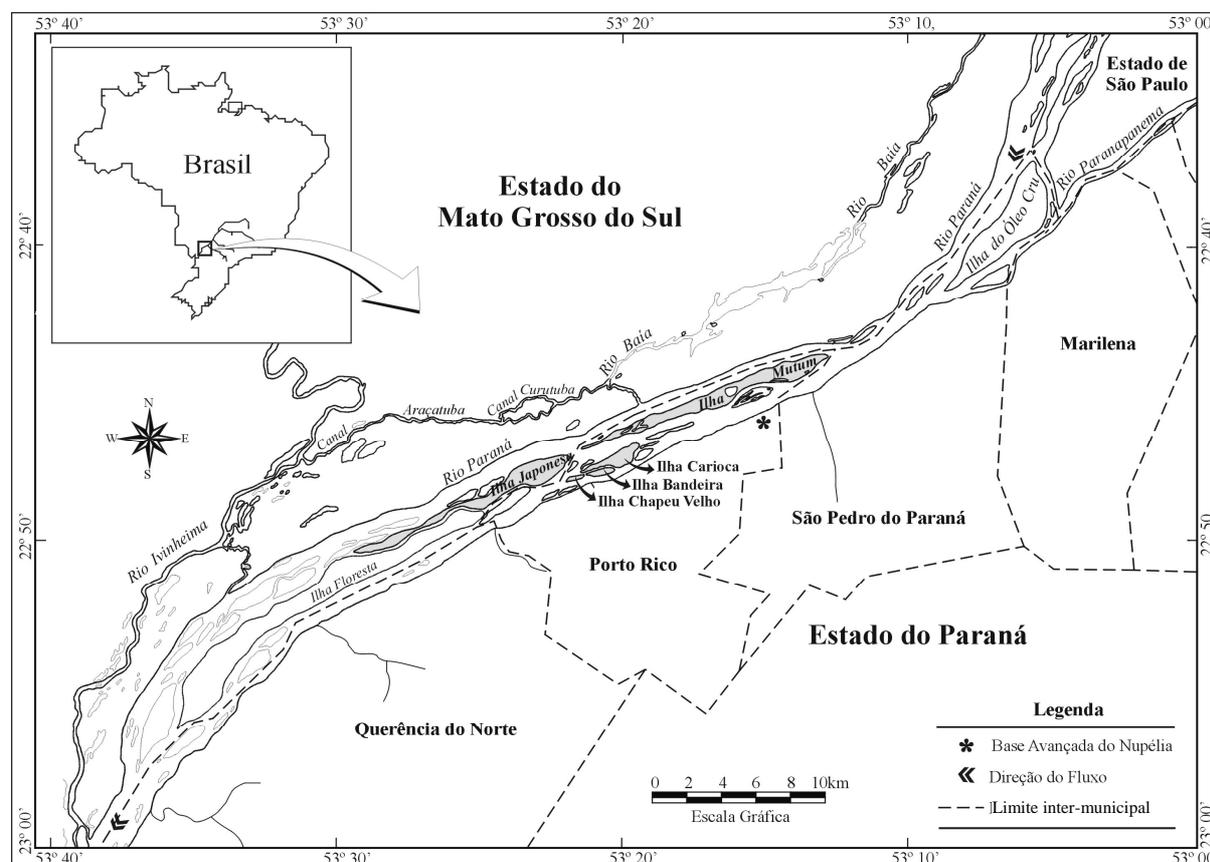


Figura 1. Localização das ilhas amostradas: Mutum, Japonesa, Carioca, Chapéu Velho e Bandeira.

A qualidade de vida das populações residentes nas ilhas, contudo, foi prejudicada pela ocorrência de intensas enchentes devido à operação de usinas hidrelétricas (especialmente a de Itaipu e a de Porto Primavera), pela pecuária extensiva no interior das ilhas, praticada por fazendeiros da região e, sobretudo, pela criação de Unidades de Conservação (UCs) em seus territórios.

As ilhas amostradas encontram-se inseridas na APAIV (criada em 1997), uma Unidade de Conservação Federal de uso sustentável, ou seja, que permite a permanência de populações humanas em seus limites e incentiva o uso de recursos naturais de modo a assegurar a qualidade de vida humana. No entanto, como grande parte das ilhas do rio Paraná coincide com Áreas de Preservação Permanente (APPs) – locais destinados à proteção integral, que não permitem a intervenção humana – os ilhéus residentes nestes espaços vêm sofrendo intensas pressões de gestores ambientais para abandonarem seus territórios tradicionais. A restrição ao uso da terra que lhes é imposta consiste em um dos principais instrumentos de degradação de sua cultura, que é extremamente dependente de recursos naturais.

Neste sentido, é crescente o esvaziamento populacional das ilhas do arquipélago do rio Paraná. Correa (1998) afirmou que, em 1983, existiam, no arquipélago, 96 casas onde residiam, aproximadamente, 258 habitantes. Em 1993, foram encontradas 72 casas – apenas 28 destinadas a residências e 44 a veraneio –, abrigando, ao todo, uma população fixa de 80 moradores.

No censo realizado pela Sucan (Superintendência de Campanha de Saúde Pública), em 2004, em 47 ilhas inseridas nos limites da APAIV, as cidades de Porto Rico e Querência do Norte apresentaram o maior número de ilhas (20 em cada município). Quanto ao grau de ocupação das ilhas, destacou-se a presença de 186 pessoas (distribuídas em 74 famílias) nas ilhas de Porto Rico e 121 pessoas (distribuídas em 41 famílias) nas ilhas pertencentes a São Pedro do Paraná (Figura 2).

Em 2005, análise da composição familiar dos ilhéus nos permitiu compreender que suas famílias são constituídas por poucas pessoas, em geral, um a dois membros (Figura 3).

Na ilha Mutum, visitamos 14 famílias, oito das quais eram compostas por um único membro (do sexo masculino). Apenas uma família era constituída por oito pessoas. Na segunda ilha mais povoada, a ilha Japonesa, visitamos sete famílias, sendo quatro compostas por casais, duas famílias constituídas de cinco membros e uma família com nove pessoas.

Nas demais ilhas, Chapéu Velho, Bandeira e Carioca, havia apenas uma família, composta, respectivamente, por quatro, três e uma pessoa.

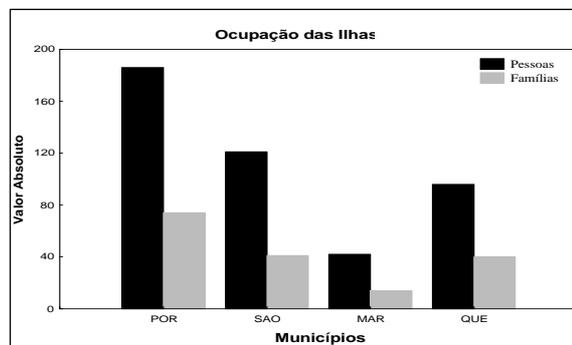


Figura 2. Número de pessoas e famílias residentes nas ilhas de quatro municípios paranaenses: Porto Rico (POR), São Pedro do Paraná (SAO), Marilena (MAR) e Querência do Norte (QUE).

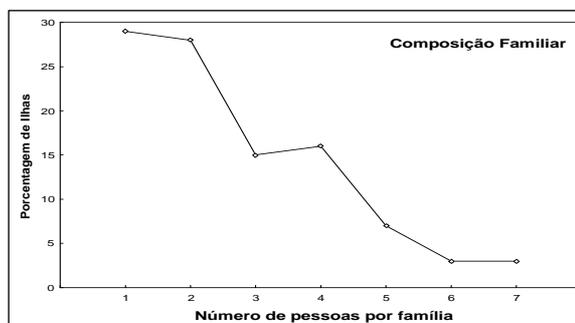


Figura 3. Distribuição do número de pessoas por família amostradas.

As duas famílias mais numerosas, oito e nove membros, não dependem do rio, da pesca ou da agricultura, pois trabalham como zeladoras em casas de veraneio dos condomínios de turistas mais frequentes. Estas famílias têm seu salário garantido. Das 24 famílias visitadas, nove possuem apenas um membro (homem). Provavelmente isto reflita o quanto “perturbações” econômicas sofridas por estes ilhéus afetaram-nos. Esposas e filhos migraram para cidades pequenas, deixando para trás suas casas e mudando a estrutura da família. Entre as cinco famílias com duas pessoas, quatro eram constituídas de marido e mulher e apenas uma era composta por pai e filho.

Entre os 24 ilhéus entrevistados, 75% pertencem ao sexo masculino e 25% são do sexo feminino. Quanto à escolaridade, 58,3% deles não concluíram o ensino fundamental; destes, 37,5% nunca frequentaram a escola.

Com relação à faixa etária dos entrevistados, distinguimos quatro classes de idade: *i*) 30-40; *ii*) 41-50; *iii*) 51-60; *iv*) 61-70 anos. A maioria (67%) pertencia às classes dois e três, ou seja, tinha entre 41 e 60 anos (Figura 4).

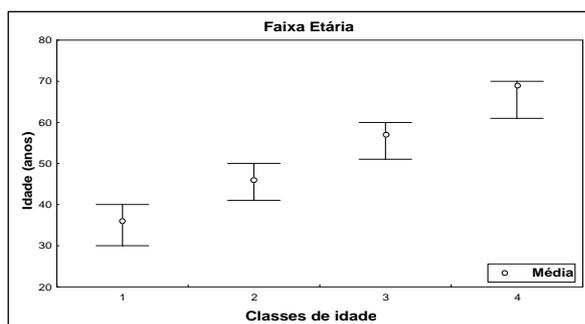


Figura 4. Faixa etária dos ilhéus entrevistados.

Os ilhéus procederam de seis Estados brasileiros (Figura 5). O Estado do Paraná é o lugar de origem do maior número de entrevistados (37,5%), representado pelos municípios de Porto Rico, Loanda, Terra Rica, Tapejara, Maringá, Mandaguçu, Astorga e Kaloré. Destacaram-se, ainda, os Estados de São Paulo (25%) e Minas Gerais (20,8%).

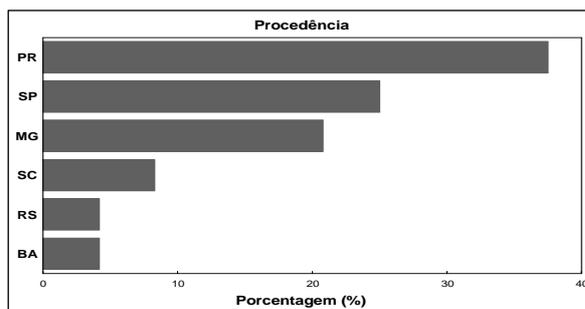


Figura 5. Procedência dos moradores das ilhas amostradas.

Quanto ao tempo de residência nas ilhas amostradas, pôde-se verificar que 50% dos entrevistados moram há, pelo menos, 26 anos naquele ambiente; outros 25% já estão lá há 12 anos, em média (Figura 6). Apenas duas famílias pioneiras estabelecidas há 50 anos permaneceram, apesar dos conflitos vivenciados no decorrer do tempo, após a instalação de usinas hidrelétricas no leito do rio Paraná. Seus filhos, porém, abandonaram as ilhas ainda jovens, em busca de melhores oportunidades de trabalho em cidades do entorno.

Atividades ocupacionais relacionadas ao uso da terra ou do rio estão em declínio na região, ao passo que o trabalho como zelador emprega 50% dos ilhéus entrevistados. Uma pequena parcela de ilhéus (12,5%) trabalha, exclusivamente, como zeladora de casas de veraneio, com renda familiar mensal superior a R\$ 400,00. Os outros 37,5% recebem apenas uma cesta de alimentos como auxílio e, portanto, faz-se necessário manter a atividade de pesca como complemento.

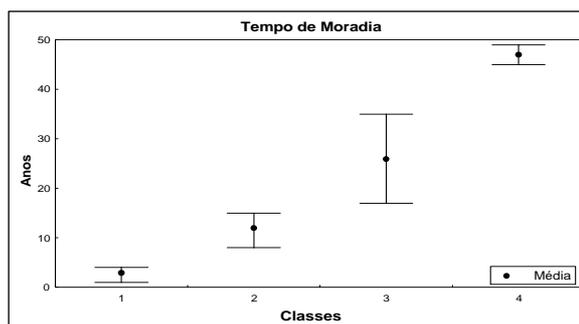


Figura 6. Tempo de moradia da população de ilhéus entrevistada.

A pesca como atividade econômica está em decadência no rio Paraná, pela escassez de peixes comercializáveis. A redução do estoque pesqueiro deve-se, principalmente, a impactos causados pelo grande número de construções de hidrelétricas no curso do rio (Agostinho e Zalewski, 1996). Os 37,5% dos ilhéus exclusivamente pescadores obtêm renda mensal de apenas R\$ 260,00. Para pescadores e lavradores (4,2%) e aqueles envolvidos em outras atividades (8,3%), a situação parece ainda mais crítica, pois não podem prever o valor de sua renda mensal.

Estrutura das moradias e grau de saneamento básico presentes nas ilhas encontram-se sumarizados na Tabela 1.

Conforme resultados apresentados na Tabela 1, verificamos que 62,5% das moradias foram consideradas ruins e péssimas e razoável parcela dos entrevistados reside em boas instalações (37,5%). As Figuras 7 a 9 ilustram os tipos de residências encontradas nas ilhas.

Tabela 1. Relação das principais informações obtidas quanto às condições de moradia e de saneamento básico das famílias de ilhéus.

Moradia	Porcentagem	Destino do esgoto	Porcentagem
Péssima	12,5	Céu aberto	29,2
Ruim	50,0	Mitório	12,5
Boa	37,5	Fossa	58,3
Tipo de água	Porcentagem	Fonte de luz	Usuários
Tratada	41,0	Gerador	10
Rio com cloro	25,0	Lamparina	7
Rio sem cloro	16,7	Lampião	7
Poço	16,7	Vela	3
		Bateria	3
		Placa solar	1

Fonte: Silva (2006).

A utilização de fossas nas ilhas é praticada por 58,3% dos ilhéus. Porém, 29,2% não possuem nenhuma forma de conter os seus dejetos – nem mesmo o tradicional “mictório” –, fazendo uso de áreas vegetadas para evacuar.

Devido a várias contaminações que o rio Paraná tem sofrido com descarga de dejetos dos hotéis e

pousadas, construídos às suas margens, e a crescente utilização de agrotóxicos por fazendeiros regionais, grande parte dos ilhéus entrevistados (40%) traz água tratada da cidade para consumo na ilha. Muitos se mostraram satisfeitos com o auxílio da Sucan na distribuição de cloro, para melhoria da qualidade de vida das populações locais. Outros 41,7% que não recorrem à cidade para obtenção de água potável, fazem uso da água do rio ao natural, ou adicionando cloro.



Figura 7. Boa residência do Sr. Zé Mineiro, pioneiro da ilha Mutum.



Figura 8. Moradia ruim de ilhéu da ilha Mutum.

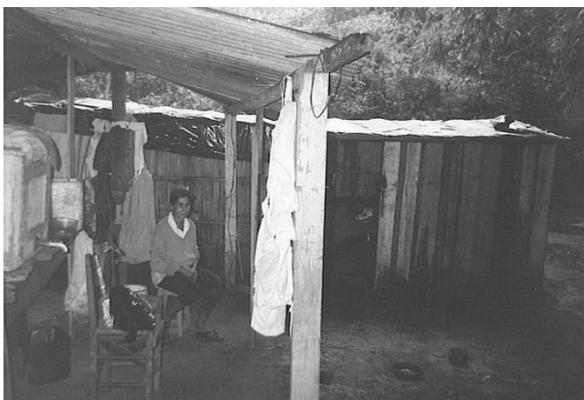


Figura 9. Péssima residência de ilhéus pescadores da ilha Japonesa.

Os ilhéus utilizam-se de diversos recursos para

obtenção de luz. Embora muitos possuam geradores de energia, estes são acionados apenas quando proprietários de casas de veraneio visitam as ilhas. O uso de lâmpadas, geladeiras, rádios e demais eletrodomésticos é feito pelos turistas e não pelos moradores. As vantagens da modernidade ainda não alcançaram uma população que vive a poucos quilômetros de distância da Itaipu Binacional, a maior usina produtora de energia elétrica do mundo. Isto nos faz recordar que, no modelo econômico capitalista, benefícios são individualizados entre poucos que estão no topo do poder econômico, enquanto prejuízos são coletivizados entre a maioria dos excluídos. A lamparina e o lampião a gás são os recursos mais utilizados pelos ilhéus. Existem também aqueles que utilizam velas toda noite.

A Figura 10 ilustra uma residência da ilha Mutum onde se utiliza o lampião a gás.



Figura 10. Moradia da ilha Mutum com destaque ao uso de lampião a gás.

Assim, a população de ilhéus apresentada neste estudo é caracterizada por baixo grau de escolaridade, baixa renda e precárias condições de moradia e saneamento básico. No entanto, para eles, isto não é indicativo de má qualidade de vida, pois são pessoas adaptadas ao ambiente em que estão inseridas e dele dependem.

Conclusão

O modelo capitalista é fonte de intensos impactos socioambientais e prima pelos interesses privados de uma minoria que luta pelo acúmulo de capital, frente aos bens coletivos e à sustentabilidade ecológica. Esta afirmação pode ser compreendida ao apresentarmos as condições socioeconômicas de uma população tradicional que sofre intervenções em seu meio de sobrevivência.

A operação da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, no Estado de São Paulo, desde 1998, ocasionou drásticas alterações na dinâmica do rio Paraná, interferindo em diversos processos

ecológicos dos biótopos associados. Impactos causados na ictiofauna, bem como variações diárias do nível da água, estão entre os principais fatores que afetaram a qualidade de vida dos ilhéus.

A imposição da legislação ambiental que proíbe intervenção humana em APPs é outro fator agravante. De acordo com a Medida Provisória 1956-50 de 2000, é proibido o uso de terras numa faixa de 500 m das margens do rio Paraná. Para cumprimento desta lei, os ilhéus eram, constantemente, proibidos de cultivar a terra em que residiam, sob ameaça de serem expulsos judicialmente de seus territórios.

Em 28 de março de 2006, porém, foi instituída a Resolução n.º 369, que possibilita intervenção ou supressão de vegetação em APP – em casos de interesse social ou baixo impacto ambiental. As APPs apresentam função ambiental de preservar recursos hídricos, paisagem, estabilidade geológica, biodiversidade, fluxo gênico de fauna e flora, além de assegurar o bem-estar das populações humanas. Embora esta inovadora Resolução tenha surgido um ano após a realização desta pesquisa junto aos ilhéus, esperamos que a sócio-diversidade encontrada nas ilhas visitadas seja considerada por gestores ambientais, responsáveis pela proteção da natureza.

Agradecimentos

Ao CNPq, pelo financiamento do projeto PELD

(desenvolvido pelo Nupélia), que deu suporte à pesquisa de campo. A Capes, pela concessão da bolsa de doutorado. Aos ilhéus que, gentilmente, aceitaram participar desta pesquisa.

Referências

- AGOSTINHO, A.A.; ZALEWSKI, M. *A planície alagável do alto rio Paraná: importância e preservação*. Maringá: Eduem, 1996.
- CORREA, G.T. *O uso do solo no arquipélago Mutum-Porto Rico-Alto Rio Paraná, (PR/MS)*. 1998. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais)–Departamento de Biologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1998.
- ODUM, E.P. *Fundamentos de ecologia*. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- ROSA, M.C. Processo de ocupação e situação atual. In: VAZZOLER, A.E.A. et al. (Ed.). *A planície de inundação do alto rio Paraná: aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos*. Maringá: Eduem, 1997. p. 371-394.
- SILVA, C.A. *Área de proteção ambiental das ilhas e várzeas do rio Paraná: aspectos da história ambiental e social de uma unidade de conservação brasileira*. 2006. Tese (Doutorado em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais)–Departamento de Biologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

Received on August 10, 2007.

Accepted on March 20, 2008.